


ECOTURISMO E GOVERNANÇA TERRITORIAL NA FRONTEIRA RONDÔNIA–BOLÍVIA


ECOTOURISM AND TERRITORIAL GOVERNANCE AT THE RONDÔNIA–BOLIVIA BORDER

ECOTURISMO Y GOBERNANZA TERRITORIAL EN LA FRONTERA RONDÔNIA–BOLIVIA

Marcos Lino Montalvão¹

 0000-0002-4826-9063
marcoslino10@hotmail.com

Luciana Riça Mourão Borges²

 0000-0002-7223-977X
luciana.borges@unir.br

Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026

CIÊNCIA
Geográfica

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

www.agbauru.org.br

1 Mestre e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR), membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Estado e Territórios na Fronteira Amazônica (GEPE-Front). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4826-9063>. E-mail: marcoslino10@hotmail.com.

2 Doutora e Mestra em Geografia Humana pela USP, com período sanduíche na Université Sorbonne-Nouvelle (IHEAL/Paris 3, 2015-2016). Docente nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UNIR; linha de pesquisa Território e Sociedade na Pan-Amazônia. Líder do GEPE-Front. Coordenadora do laboratório GEOPPAN. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7223-977X>. E-mail: luciana.borges@unir.br.

Artigo recebido em abril de 2026 e aceito para publicação em junho de 2026.



RESUMO: O presente artigo aborda o ecoturismo, compreendido como uma prática socioespacial estruturada pela tríade: objetos técnicos, normas institucionais e fluxos sociais. O objetivo é analisar a distribuição espacial do Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE) nos municípios do estado de Rondônia com fronteira direta com a Bolívia, a fim de compreender sua configuração territorial. A metodologia adotou uma abordagem quanti-qualitativa, com o cálculo do IDIE para os nove municípios fronteiriços, permitindo a comparação entre unidades territoriais. Os resultados apontam uma configuração geográfica heterogênea e fragmentada, expressa em contrastes espaciais definidos. O Setor Norte apresenta Muito Baixa Densidade, enquanto o Setor Sul mostra um adensamento técnico-institucional, principalmente em Cabixi, que registra a maior densidade da série. Conclui-se que a consolidação do ecoturismo transfronteiriça depende de uma presença institucional de proximidade e capilarizada, capaz de sustentar a governança territorial em áreas de fronteira.

Palavras-chave: Dinâmica Territorial. Densidade Institucional. Ecoturismo. Amazônia.

ABSTRACT: This article addresses ecotourism, understood as a socio-spatial practice structured by the triad: technical objects, institutional norms, and social flows. The objective is to analyze the spatial distribution of the Ecotourism Institutional Density Index (IDIE) in the municipalities of the state of Rondônia bordering Bolivia, in order to understand its territorial configuration. The methodology adopted a quantitative-qualitative approach, calculating the IDIE for the nine border municipalities, allowing comparison between territorial units. The results indicate a heterogeneous and fragmented geographical configuration, expressed in defined spatial contrasts. The Northern Sector presents Very Low Density, while the Southern Sector shows a technical-institutional density, mainly in Cabixi, which registers the highest density in the series. It is concluded that the consolidation of cross-border ecotourism depends on a close and capillary institutional presence, capable of sustaining territorial governance in border areas.

Keywords: Territorial Dynamics. Institutional density. Ecotourism. Amazon.

RESUMEN: Este artículo aborda el ecoturismo, entendido como una práctica socioespacial estructurada por la tríada: objetos técnicos, normas institucionales y flujos sociales. El objetivo es analizar la distribución espacial del Índice de Densidad Institucional del Ecoturismo (IDIE) en los municipios del estado Rondônia fronterizos con Bolivia, para comprender su configuración territorial. La metodología empleada fue cuantitativa-cualitativa, calculando el IDIE para los nueve municipios fronterizos y permitiendo la comparación entre unidades territoriales. Los resultados indican una configuración geográfica heterogénea y fragmentada, expresada en marcados contrastes espaciales. El Sector Norte presenta una densidad muy baja, mientras que el Sector Sur muestra una densidad técnico-institucional, principalmente en Cabixi, que registra la mayor densidad de la serie. Se concluye que la consolidación del ecoturismo transfronterizo depende de una presencia institucional cercana y capilar, capaz de sustentar la gobernanza territorial en las zonas fronterizas.

Palabras clave: Dinámica territorial. Densidad institucional. Ecoturismo. Amazonía.

INTRODUÇÃO

A região fronteira Rondônia-Bolívia ainda se ressentida do descompasso considerável entre a grande dimensão do espaço físico, a população fronteira e o diminuto investimento socioeconômico. Disso ressalta a magnitude da obra humana em realização nesse domínio da Natureza, onde tudo (a terra, a água e a floresta), embora abundante, encontra-se em reservas como mostram Goebel *et al.* (2024, 2025).

É compreensível que, em se tratando de análise da densidade institucional do ecoturismo, de uma área onde a natureza ainda se faz presente, haja unidades de conservação que exigem estruturas de gestão ambiental e iniciativas socioambientais. Na faixa de fronteira (Lei Federal nº 6.634 e Decreto Federal nº 85.064) com a Bolívia, o espaço hídrico, como apresentado por Caramello, Ximenes e Duarte (2022), distribui-se territorialmente, evidenciando áreas com maior ou menor capacidade de articulação territorial.

De igual modo, a abordagem hidrológica se aproxima das discussões sobre governança ambiental na Amazônia que Bertha Becker (2005) defendeu, nas quais o território resulta, como explica Porto-Gonçalves (2006), de interações entre múltiplos agentes e escalas de decisão.

Um dos entraves antepostos ao desenvolvimento da região fronteira, Rondônia-Bolívia é a restrição ao uso do território e a fragilidade infraestrutural pelos limites materiais à incorporação produtiva impostas pelo Estado. Condições que aparecem justapostas à baixa densidade técnica. Em interpretação a acepção de Milton Santos (2014), o alargamento dos espaços de conservação baliza as estratégias de ordenamento e as possibilidades de reorganização econômica na faixa de fronteira.

Além da heterogeneidade intra-amazônica, observa-se um distanciamento territorial e socioeconômico entre a fronteira amazônica e outras regiões fronteiriças brasileiras, situação que deve ser compreendida no contexto das múltiplas formas de territorialização e das disputas em torno do uso do espaço amazônico (Porto-Gonçalves, 2017). No caso do estado de Rondônia, esse quadro relaciona-se à posição no sudoeste da Amazônia e ao processo tardio de integração às redes nacionais de circulação, associado à dinâmica das frentes de ocupação e à expansão da fronteira econômica na região (Becker, 2005).

A territorialização turística na fronteira Brasil-Bolívia em Rondônia expressa a formação de um território turístico ainda incipiente, onde o espaço geográfico ainda se encontra em construção para o consumo de lazer, cultura e aventura. Orientado pela história da Madeira-Mamoré, pela cultura indígena e pela natureza amazônica de difícil acesso, esse território resulta da superposição entre o lugar de vida da população residente e o espaço fugaz de consumo dos turistas. A política da Funai para 2025/COP30 mostra a importância cultural desta região (Funai, 2025).

Rondônia vive um momento de ordenamento e reordenamento territorial. O desafio é transformar os recursos naturais em uma atividade econômica sustentável e inclusiva, que supere a falta de infraestrutura básica para o visitante. Nesse processo, a paisagem natural e histórica converte-se em produto turístico. Esse feito, mediante ao elencado por Costa e Rocha (2023), percebe-se que ao mesmo tempo em que emergem tensões entre as territorialidades locais e as expectativas dos visitantes, surgem novas demandas de estruturação do território que o turismo não se sobreponha às dinâmicas socioculturais da região.

A natureza fluvial na fronteira Rondônia/Bolívia, conquanto ainda permaneça como o principal fator característico socioeconômico desta região, tem sofrido pressões decorrentes do fluxo de pessoas

em seu empenho de sobrevivência e no contínuo esforço de ampliação de suas instalações. Nessa perspectiva, observa-se constante adaptação às condições morfológicas e hidrológicas e persistente esforço na implantação de uma técnica racional (Santos, 2014), capaz de atenuar contingências do meio natural e ampliar o processo econômico de acionamento do potencial de recursos fronteiriços.

A baixa fluidez territorial, derivada da fragilidade técnica e infraestrutural, moldaram as rugosidades desse espaço fronteiriço (Santos, 2014). Ao mesmo tempo em que esse cenário limitou a integração produtiva, favoreceu a conservação de biomas que hoje são reconhecidos como vetores de desenvolvimento por meio do ecoturismo (Weaver; Lawton, 2007; Buckley, 2022). Essa perspectiva reinterpreta a fronteira Brasil-Bolívia como um espaço de convergência para políticas públicas de sustentabilidade e cooperação binacional (Hall, 2019; Marques, 2026).

Quando consideradas em articulação com as áreas territoriais da Bolívia, essas porções passam a integrar um amplo espaço transfronteiriço, cuja relevância se expressa tanto na possibilidade de estruturação de uma fronteira turística quanto na consolidação de um eixo de integração entre os dois países. A presença de elementos naturais – rios, canais e lagoas – conferem à região uma notável diversidade paisagística, reforçando seu potencial para atividades vinculadas ao ecoturismo e evidenciando oportunidades para iniciativas de gestão compartilhada do território.

No processo integrador sobre o meio ambiente em nível global, consolidam-se modalidades turísticas orientadas à natureza (Buckley, 2008; Pinto, 2016; Kansra, 2024). Essa trajetória, cuja base conceitual clássica remonta a Ceballos-Lascuráin (1996), é reorientada contemporaneamente para o Turismo de Base Natural (NBT).

Como parte da estratégia para fortalecer o turismo nas regiões de fronteira, o Brasil e a Bolívia firmaram um acordo de cooperação turística durante uma agenda bilateral realizada em Brasília, no dia 16 de março de 2026. A iniciativa, conduzida pelo Ministério do Turismo do Brasil, visa ampliar o fluxo de visitantes, simplificar procedimentos de entrada e fomentar o desenvolvimento de roteiros integrados entre os dois países (Brasil, 2026).

A parceria entre Brasil e Bolívia é relevante para o estado de Rondônia, que compartilha uma extensa fronteira com território boliviano. Exemplo de fluxo social são as cidades-gêmeas Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerín (Mendes; Santos, 2019; Lima *et al.*, 2026). O acordo estabelece diretrizes conjuntas para a promoção e a infraestrutura turística, o instrumento bilateral complementa os diagnósticos e planos de ação que o governo brasileiro vem elaborando para o turismo fronteiriço na Região Norte, incluindo o edital específico para a fronteira de Rondônia com a Bolívia e o Peru.

Na faixa de fronteira entre Rondônia e a Bolívia, a tendência à valorização de atividades econômicas de baixo impacto ambiental se materializa como uma alternativa concreta de desenvolvimento territorial. É à luz das contribuições de Milton Santos (2014) e David Harvey (2005) que se compreende, neste território, o ecoturismo como uma prática socioespacial estruturada por três dimensões analíticas indissociáveis: os objetos técnicos (infraestruturas, equipamentos, sistemas de informação), as normas institucionais (legislações ambientais, políticas territoriais, acordos bilaterais) e os fluxos sociais (circulação de turistas, trabalhadores, capitais simbólicos e informacionais).

O espaço geográfico, como leciona Santos (2014) é um sistema heterogêneo composto por sistemas de objetos e sistemas de ações. Nesse sentido, o ecoturismo na fronteira Rondônia-Bolívia com suas inúmeras trilhas, pousadas e centros de visitação resulta em interação entre esses objetos técnicos e as a oes intencionais de diferentes agentes (Estado, empresas, comunidades locais e

visitantes) que lhes conferem conteúdo social e histórico. A fluidez territorial depende da regulação normativa e da densidade técnica, da capacidade de cooperação transfronteiriça e da produção de um sentido de pertencimento que resista à lógica homogeneizadora da globalização.

O desenvolvimento entre Brasil e Bolívia, via expressa para mercadorias, a luz de Harvey (2005), para que o ecoturismo e o comércio gerem riqueza local, a gestão deve ser participativa e transfronteiriça. Pois, ao analisar os fluxos sociais se percebe que o capital opera por meio da compressão espaço-tempo, acelerando a circulação de mercadorias, pessoas e informações. Desta forma, garante-se que o lucro da velocidade do capital não resulte no apagamento das populações que guardam a identidade do lugar.

Essa compressão, com efeito, materializa-se na rápida transformação de paisagens em destinos turísticos, mediada por estratégias de marketing, certificações ambientais e redes digitais de avaliação. A partir do aporte teórico de Santos (2008, 2014) é possível compreender que esses fluxos são intencionais que podem reproduzir desigualdades históricas, expropriar populações tradicionais e gerar simulacros da natureza. Nesse sentido Stronza *et al.* (2019) leva a questionar se realmente o ecoturismo gera conservação ou se é apenas uma faceta da acumulação.

A articulação de teóricos como Milton Santos e David Harvey a pesquisadores como Porto-Gonçalves (2001, 2006, 2017) leva ao entendimento de que o ecoturismo na fronteira Rondônia e Bolívia é produzido por uma combinação complexa de materialidades, regulações e fluxos, cuja orientação política e social define se será um vetor de emancipação territorial ou mais uma faceta da acumulação por espoliação.

A fronteira entre Rondônia (Brasil) e a Bolívia, tradicionalmente reconhecida como limite político, é, neste estudo, compreendida como espaço de cooperação e valorização das paisagens compartilhadas (Pereira; Cury; Locatelli, 2017). Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar a distribuição espacial do Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE) nos municípios de Rondônia com fronteira direta com a Bolívia, identificando padrões territoriais e assimetrias institucionais.

Os pontos levantados, sem aludir à dimensão territorial fronteiriça, contrapõem a contemporaneidade do aumento populacional que outrora era diminutiva, na região Amazônica. Este já não é mais o problema, agora, chama-se atenção a setores de produção e para o caráter incipiente das limitações regionais que se opõem ao fortalecimento do mercado de turismo. No entanto, a fronteira agrícola permanece forte em Rondônia (Ximenes *et al.*, 2025).

A relevância da pesquisa está associada à necessidade de compreender a organização institucional em áreas de fronteira internacional, onde há presença de cidades gêmeas, a circulação transfronteiriça como pontuado por Lira (2017) e Botella *et al.* (2021) que reforça a discussão técnica sobre como modelar esses fluxos em áreas rurais de fronteira. e, como mostram os dados apresentados por Caramello *et al.* (2024), a pressão sobre os recursos naturais exige maior integração entre políticas e atores territoriais.

A faixa de fronteira entre o estado de Rondônia e a Bolívia constitui um espaço estratégico da Amazônia Sul-ocidental, marcado por dinâmicas territoriais complexas, nas quais se articulam processos ambientais, institucionais e socioeconômicos. Nesse espaço fronteiriço, a presença de estruturas voltadas à gestão ambiental e ao ecoturismo ocorre de forma desarticulada. Essa dinâmica reflete as desigualdades históricas na organização do território (Cavalcante, 2011) e na capacidade institucional dos municípios fronteiriços (Coy, 1988; Cury, 2010).

Parte-se da hipótese de que a densidade institucional apresenta variação espacial significativa ao longo da fronteira. Um dos entraves é a estrutura governamental condicionada por fatores como extensão territorial, capacidade administrativa e trajetória de políticas públicas ambientais.

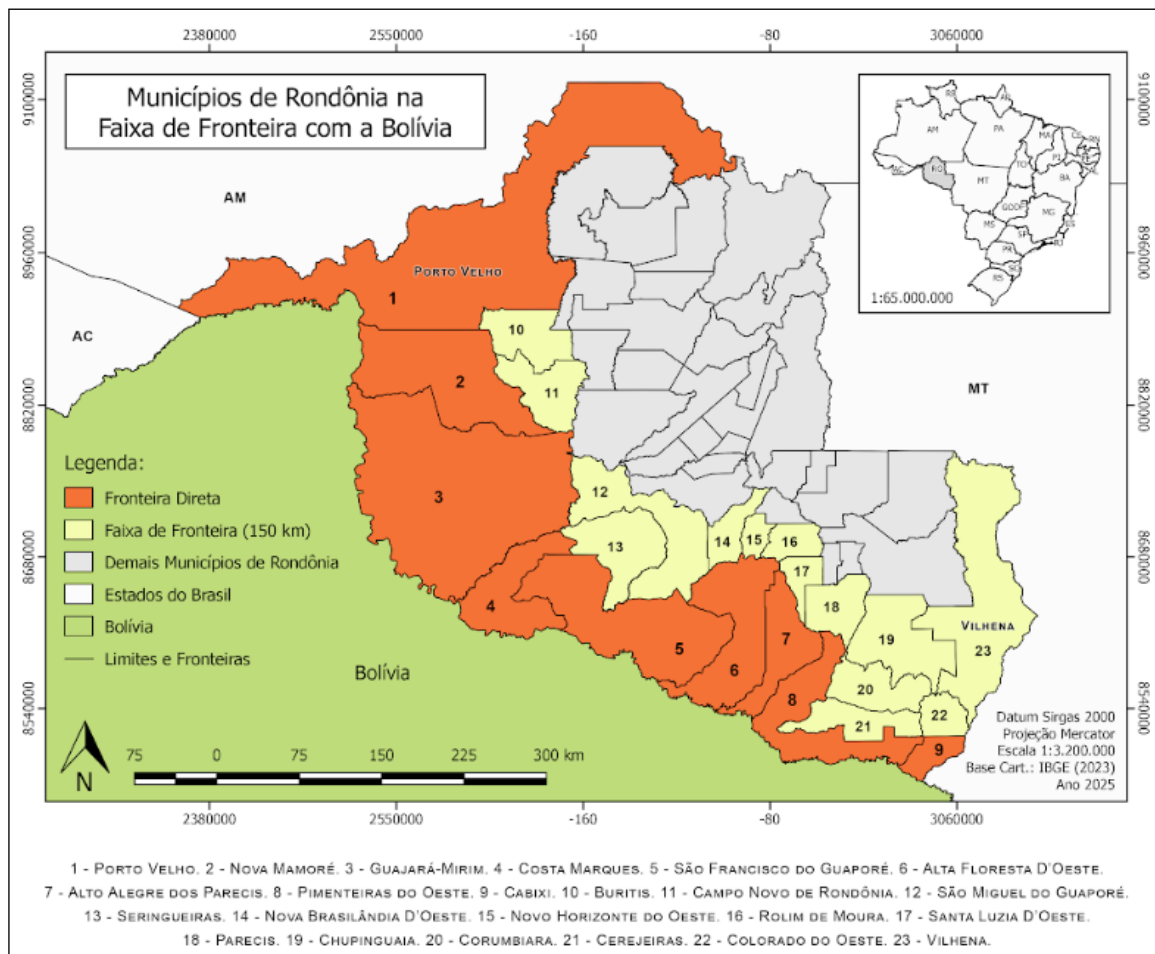
METODOLOGIA

Da delimitação da área de estudos

O recorte espacial que orienta o presente estudo compreende os municípios do estado de Rondônia situados na faixa de fronteira com a Bolívia, uma porção territorial de notável complexidade socioespacial e ambiental, cuja dinâmica é intrinsecamente influenciada pela sua condição transfronteiriça.

A seleção deste espaço ocorre pela relevância geopolítica e pelas potencialidades ecoturísticas que emergem da interação entre diferentes ecossistemas e contextos socioculturais. Com o intuito de proceder à devida delimitação e visualização georreferenciada da área em apreço, elaborou-se a representação cartográfica subsequente (Figura 1), que espacializa e categoriza os municípios objeto de análise.

Figura 1. Representação Cartográfica da Área de Pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do IBGE (2026).

Conforme se pode observar na representação cartográfica (Figura 1), a área de fronteira é composta por um conjunto heterogêneo de 23 municípios. A delimitação distingue, primeiramente, aqueles com “Fronteira Direta” (Porto Velho; Nova Mamoré; Guajará-Mirim; Costa Marques; São Francisco do Guaporé; Alta Floresta D’Oeste; Alto Alegre do Parecis; Pimenteiras do Oeste; Cabixi), cujo território toca a linha divisória internacional. Os demais municípios, na faixa amarela, encontram-se na Faixa de Fronteira de 150 km, conforme estabelecido pela Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto nº. 85.064/1980 (Brasil, 1980).

Objetivando analisar a governança territorial e a densidade institucional voltada ao ecoturismo na faixa de fronteira entre o estado de Rondônia (Brasil) e os departamentos de Beni e Santa Cruz (Bolívia), a presente investigação adotou uma abordagem quanti-qualitativa, fundamentada na análise espacial de indicadores de gestão ambiental e infraestrutura institucional. O recorte espacial compreende os 09 (nove) municípios rondonienses de fronteira direta: Porto Velho, Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Costa Marques, São Francisco do Guaporé, Alta Floresta D’Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Pimenteiras do Oeste e Cabixi.

Da coleta e análise dos dados

Para a compreensão das assimetrias territoriais, procedeu-se à coleta de dados em fontes oficiais de gestão e conservação ambiental, com destaque para o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (SEDAM-RO). Complementarmente, utilizaram-se as bases cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a delimitação das malhas municipais e da linha de fronteira internacional, em conformidade com o disposto na Lei nº. 6.634/1979 (Brasil, 1979).

A análise central da pesquisa baseou-se na elaboração e aplicação do Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE). Este índice é um indicador sintético que mensura a relação entre a soma das estruturas institucionais presentes e a área territorial (km²) de cada ente municipal, conforme a Equação (01):

$$IDIE = \frac{UC + GA + IS}{3} \quad (01)$$

Onde:

- **UC:** Quantitativo de Unidades de Conservação;
- **GA:** Estruturas de Gestão Ambiental (secretarias, escritórios regionais, postos de fiscalização);
- **IS:** Iniciativas Socioambientais e projetos de ecoturismo identificados.

Para a viabilização deste cálculo, os dados brutos foram organizados e sistematizados conforme as variáveis descritas anteriormente. A Tabela 1 apresenta o inventário quantitativo das estruturas de governança (UC, GA e IS) e a extensão territorial de cada município da fronteira direta. Esta organização permite observar a gênese do índice e assegura a transparência metodológica necessária para a compreensão das densidades institucionais que serão espacializadas e discutidas nas seções subsequentes.

Tabela 1. Variáveis institucionais e cálculo do Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE) nos municípios da fronteira direta Rondônia–Bolívia

Município	Área km ²	UC	GA	IS	Soma Institucional (UC+GA+IS)	IDIE
Porto Velho	34.082	6	4	5	15	0,00044
Nova Mamoré	10.071	3	2	3	8	0,00079
Guajará-Mirim	24.855	5	3	4	12	0,00048
Costa Marques	4.987	2	2	2	6	0,00120
São Francisco do Guaporé	10.959	2	2	2	6	0,00055
Alta Floresta d'Oeste	7.067	1	2	2	5	0,00071
Alto Alegre dos Parecis	3.958	1	1	2	4	0,00101
Pimenteiras do Oeste	6.014	2	1	1	4	0,00066
Cabixi	1.314	1	1	1	3	0,00228

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A sistematização e o tratamento estatístico dos dados foram realizados em ambiente de planilha eletrônica (Excel), onde os valores do IDIE foram calculados com precisão de cinco casas decimais para evitar perdas informacionais na diferenciação entre os municípios. Para a representação espacial e análise das assimetrias, utilizou-se o software QGIS 3.x. A espacialização dos dados ocorreu por meio de cartografia temática do tipo coroplética, aplicando-se o método de classificação estatística de Quebras Naturais (Natural Breaks - Jenks). Este método foi selecionado por permitir o agrupamento de municípios com valores de IDIE similares, minimizando a variância interna e evidenciando os contrastes institucionais reais ao longo da fronteira (Rogerson, 2012).

A base cartográfica foi projetada no Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS, 2000). Para conferir densidade analítica ao mapa, foram incluídos elementos de contexto transfronteiriço, como a hidrografia (rios Mamoré e Guaporé), a identificação das cidades gêmeas (Guajará-Mirim e Guayaramerín) e a toponímia dos municípios bolivianos limítrofes, permitindo uma leitura integrada da estrutura territorial da fronteira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise espacial do Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE) mostra uma configuração geográfica heterogênea ao longo da fronteira Rondônia–Bolívia. Geograficamente, essa afirmação indica que o ecoturismo na fronteira Rondônia–Bolívia não se organiza de forma contínua no território.

O Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE) expressa a presença e a concentração de instituições como órgãos públicos, associações, infraestrutura de apoio e mecanismos de gestão. Quando a análise espacial apresenta uma configuração heterogênea, significa que essa presença varia de lugar para lugar. Na prática, isso quer dizer que há áreas com alta densidade institucional, onde o ecoturismo é mais estruturado, com maior presença do Estado, organizações locais e infraestrutura.

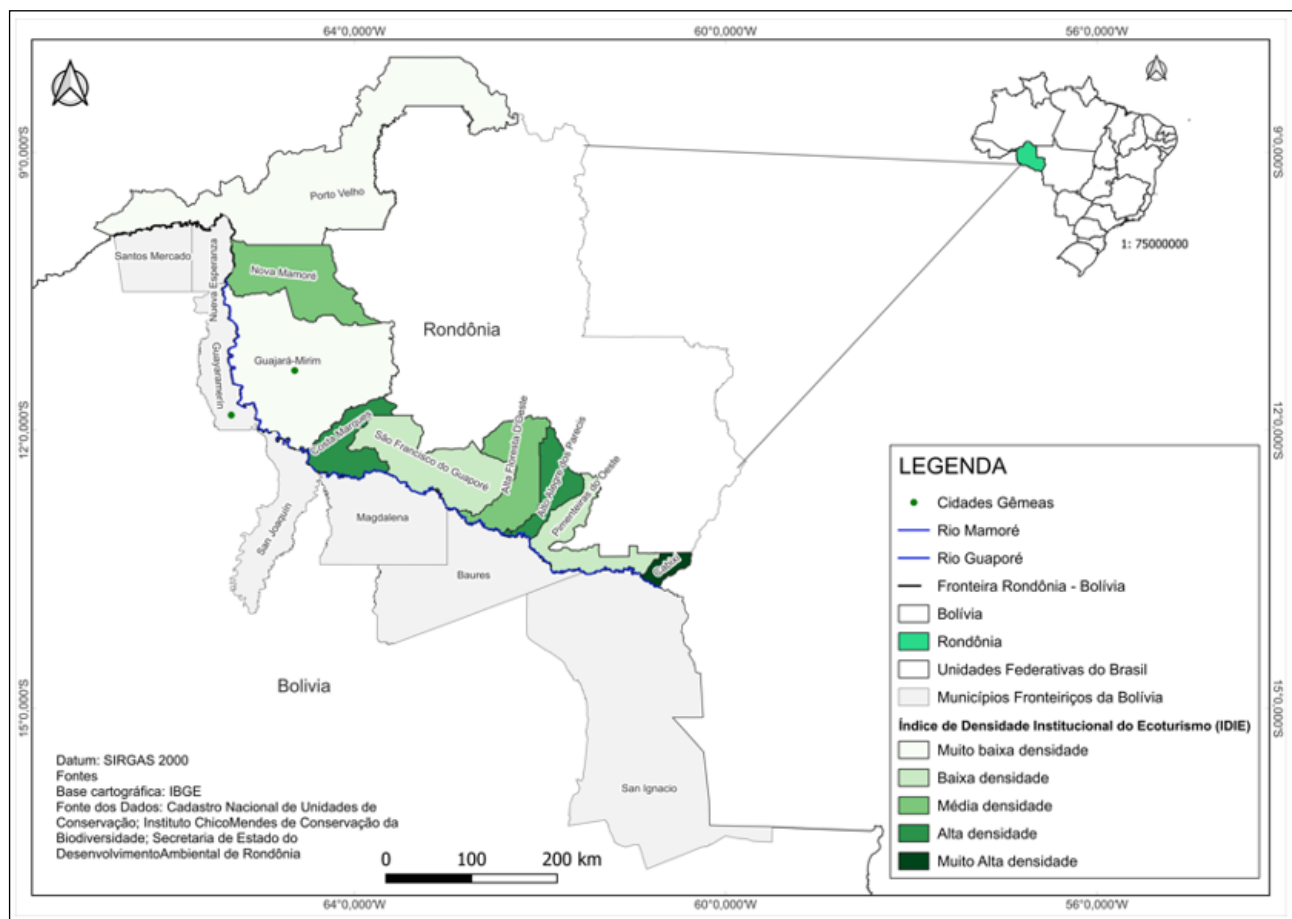
Também, há áreas com baixa densidade institucional, onde essa estrutura é frágil, até mesmo ausente, dificultando a organização e o controle das atividades.

A desigualdade espacial citada produz um território fragmentado, com espaços de maior capacidade de gestão cercados por extensas áreas pouco institucionalizadas. Em termos geográficos, trata-se de uma distribuição desigual de capacidades institucionais no espaço, que condiciona onde o ecoturismo consegue se consolidar e onde ele permanece incipiente ou vulnerável.

Conforme demonstrado na Tabela 1 (seção de Metodologia), existe uma correlação inversa entre a extensão territorial dos municípios e a densidade de sua governança ambiental. Este fenômeno é particularmente evidente no Setor Norte da área de estudo, compreendendo o eixo entre Porto Velho e Guajará-Mirim.

Essas disparidades são distribuídas de maneira diversa, segundo os municípios de fronteira direta com a Bolívia, conforme mostra o mapa de Distribuição espacial do IDIE representado na Figura 2:

Figura 2. Distribuição Espacial do Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE) na Fronteira Rondônia (Brasil) – Bolívia



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Embora Porto Velho concentre o maior número de estruturas institucionais do conjunto analisado (15 no total), o município registra o menor valor do Índice de Desenvolvimento Institucional Estadual

(IDIE) de toda a série histórica: 0,00044. Essa aparente contradição evidencia uma limitação clássica da ação estatal em grandes extensões territoriais, conforme discutido por Milton Santos (2014) e Neil Smith (2020). A escala territorial, nesse caso, reduz a eficácia operacional do Estado, mesmo quando há densidade institucional.

Em municípios de grandes extensões territoriais, a presença do Estado e das instituições de controle ambiental tende a se tornar rarefeita no território (Santos, 2014). Essa dispersão institucional dificulta a consolidação de uma governança capilarizada voltada ao ecoturismo, conforme argumenta Rogério Haesbaert (2004). No caso de Porto Velho, a vasta área territorial atua como um fator de dispersão, no qual a infraestrutura institucional não consegue acompanhar a magnitude da malha geográfica.

Assimetrias territoriais no setor norte da fronteira Rondônia–Bolívia: baixa densidade institucional e diluição da governança

Avançando para o sul deste eixo, o município de Guajará-Mirim (IDIE 0,00048) compartilha dessa fragilidade institucional, situando-se na classe de “Muito Baixa Densidade”. Este dado é alarmante sob a ótica da Geografia Política das Fronteiras, visto que Guajará-Mirim constitui, junto a Guayaramerín (Bolívia), o principal nó de fluxos transfronteiriços da região. A Tabela 2, mostra com precisão estes dados.

Tabela 2. Recorte do IDIE para o Setor Norte da fronteira (Baixa Densidade)

Município	Soma Institucional (Absoluta)	Área (km²)	IDIE (Densidade)	Classificação
Porto Velho	15	34.082	0,00044	Muito Baixa
Guajará-Mirim	12	24.855	0,00048	Muito Baixa
Nova Mamoré	8	10.071	0,00079	Média

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da pesquisa empírica realizada no período do estudo (2026).

A baixa densidade institucional no setor norte de Rondônia indica uma porosidade institucional crítica. Ou seja, existem lacunas na presença do Estado. Essas falhas permitem que problemas apareçam como o desmatamento ilegal, grilagem, conflitos por terra, exploração predatória, entre outras.

Embora existam Unidades de Conservação (parques e reservas) e cidades gêmeas, Costa Marques (RO) e o distrito boliviano de Buena Vista vinculado ao município de Magdalena, separados pelo rio Guaporé, o que, teoricamente seria bom para o turismo. O problema é o que quando se divide o número de instituições pelo tamanho enorme do território, o resultado é muito baixo. Uma ou duas instituições espalhadas por milhares de km² não conseguem atender as necessidades locais.

A consequência, além de não mediar os conflitos (ex.: posseiros versus ambientalistas versus empresários do turismo) fragiliza o desenvolvimento do ecoturismo sustentável de verdade, porque falta fiscalização, planejamento e aplicação de regras no dia a dia.

A distinção regional evidencia as contradições do uso do território. Enquanto em Cabixi a escala reduzida permite uma maior coesão das estruturas institucionais, o setor norte revela a fragilidade do controle estatal em grandes extensões. Como observa Santos (2014), a eficácia de um sistema técnico é indissociável da sua distribuição espacial; na macrocefalia de Porto Velho-Guajará-Mirim, a

ausência de postos avançados de gestão gera um ‘espaço opaco’, onde a norma jurídica não se traduz em prática territorial devido ao distanciamento entre o centro de decisão e a realidade da fronteira.

Os resultados indicam que a governança do ecoturismo nesta porção da fronteira deve ser analisada por dois fatores: quantidade de instituições e o arranjo espacial. Em consonância com a tese de Becker (2005) sobre a necessidade de uma nova institucionalidade para a Amazônia, a baixa densidade no norte de Rondônia compromete a gestão de recursos compartilhados, como os rios Mamoré e Madeira, evidenciando uma assimetria que desafia as políticas de integração regional propostas pelo governo federal e estadual.

O Setor Sul: concentração técnica e a primazia de Cabixi na Densidade Institucional

Em oposição ao cenário de dispersão observado no Setor Norte, a porção meridional da fronteira rondoniense – compreendendo os municípios de Pimenteiras do Oeste e Cabixi – revela os índices mais elevados de densidade institucional da série estudada. Conforme espacializado na Figura 2 (Mapa do IDIE), este setor configura um “oásis de governança” proporcional, onde a reduzida extensão territorial potencializa a eficácia das estruturas de gestão ambiental e do ecoturismo.

O município de Cabixi surge como o principal destaque regional, atingindo o IDIE de 0,00228, valor classificado como “Muito Alta Densidade”. O fenômeno observado em Cabixi é o que a geografia regional denomina de adensamento técnico-institucional. Embora o município possua um número absoluto de instituições inferior ao da capital (Tabela 1), sua diminuta área territorial (1.314 km²) garante que cada unidade de gestão ou projeto socioambiental tenha um raio de influência significativamente maior sobre o território fronteiriço.

Tabela 3. Recorte do IDIE para o Setor Sul da fronteira (Alta Densidade)

Município	Soma Institucional (Absoluta)	Área (km ²)	IDIE (Densidade)	Classificação
Cabixi	3	1.314	0,00228	Muito Alta
Alto Alegre dos Parecis	4	3.958	0,00101	Alta
Pimenteiras do Oeste	4	6.014	0,00066	Média

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da pesquisa empírica realizada no período do estudo (2026).

A análise da Tabela 3 permite inferir que a governança territorial no Sul é mais coesa. Pimenteiras do Oeste, por exemplo, embora possua um IDIE moderado (0,00066), mantém uma articulação institucional que, somada à de Cabixi, cria um corredor de proteção e fomento ao ecoturismo no Vale do Guaporé, conforme já apontado por Montalvão e Borges (2025). Esta configuração territorial sugere que, na fronteira Rondônia-Bolívia, a eficácia das políticas públicas de ecoturismo está menos vinculada à robustez administrativa das sedes municipais e mais atrelada à capacidade de cobertura institucional por quilômetro quadrado.

Portanto, o contraste entre o Setor Norte (macrocefálico e disperso) e o Setor Sul (microcefálico e denso) expõe a necessidade de um reordenamento das estratégias de gestão ambiental em Rondônia. O sucesso relativo de Cabixi aponta que o ecoturismo de fronteira depende de uma presença institucional de proximidade, capaz de mediar a relação entre a conservação dos recursos naturais e o uso público do território de forma capilarizada.

Em síntese, os resultados evidenciam que a fronteira Rondônia–Bolívia é marcada por uma profunda assimetria institucional, onde a escala municipal atua como o principal divisor de águas na eficiência da gestão territorial. O contraste entre o “vazio de densidade” no Setor Norte (Eixo Porto Velho–Guajará-Mirim) e o adensamento técnico observado no Setor Sul (Eixo Cabixi–Pimenteiras) revela que a governança do ecoturismo na Amazônia rondoniense não sofre de uma carência absoluta de órgãos, mas de uma crise de capilaridade.

Enquanto a macrocefalia territorial da capital dilui o poder de gestão, a microcefalia dos municípios do sul permite uma presença institucional de proximidade, essencial para a consolidação de destinos turísticos sustentáveis. Portanto, a análise do IDIE demonstra que, para além da criação de novas Unidades de Conservação ou estruturas administrativas, o fortalecimento do ecoturismo de fronteira exige um reordenamento espacial das políticas públicas, priorizando a desconcentração técnica para mitigar as vulnerabilidades identificadas nos principais nós de fluxos internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Índice de Densidade Institucional do Ecoturismo (IDIE) nos nove municípios de fronteira direta entre Rondônia e a Bolívia permitiu evidenciar que a governança territorial trouxe dados importantes para uma boa governança. Essa porção da Amazônia Sul-ocidental não obedece a uma lógica homogênea ou continuamente distribuída, mas sim a uma configuração espacial heterogênea e fragmentada em sua zona de fronteira, em especial.

Os resultados obtidos confirmam a hipótese inicial de que a densidade institucional apresenta variação espacial significativa ao longo da fronteira. O problema da gestão do ecoturismo nessa região mostra que há ausência de estruturas institucionais. A realidade apresentada é de distribuição desigual e na conseqüente crise de capilaridade.

Constatou-se que o Setor Norte, composto pelos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim e Nova Mamoré, apresenta os menores índices da série. Eles são classificados como “Muito Baixa Densidade”. Esse fenômeno se explica pela correlação inversa entre extensão territorial e eficácia da ação estatal. Em síntese a conclusão é de que um território muito grande mais a mesma quantidade de instituições é igual a eficácia estatal diluída o que leva a baixa densidade institucional que equivale ao ecoturismo fragilizado.

Porto Velho, conquanto concentre o maior número absoluto de instituições (15 no total), registra o IDIE mais baixo (0,00044) justamente em razão de sua vasta área territorial (34.082 km²), que atua como fator de dispersão e diluição da governança. Esse quadro é particularmente preocupante em Guajará-Mirim, principal nó de fluxos transfronteiriços com a Bolívia, onde a baixa densidade institucional (0,00048) compromete a capacidade de mediação de conflitos, fiscalização e planejamento voltado ao ecoturismo sustentável.

Em oposição, o Setor Sul aponta a maior densidade institucional da série (0,00228), classificada como “Muito Alta Densidade”. Resultado do fenômeno que a geografia regional denomina de adensamento técnico-institucional. A reduzida extensão territorial de Cabixi (1.314 km²) permite que suas estruturas de gestão ambiental exerçam um raio de influência significativamente maior sobre o território fronteiriço, criando um enclave de governança que contrasta frontalmente com a rarefação institucional observada ao norte.

Por razão dos dados confrontados entre Setor Sul e Setor Norte há indícios de que a eficácia das políticas públicas de ecoturismo na fronteira Rondônia-Bolívia está menos vinculada à robustez administrativa das sedes municipais. Isso resulta em uma maior concentração à capacidade de cobertura institucional por quilômetro quadrado.

Geograficamente a pesquisa demonstrou que a eficácia de um sistema técnico-institucional é indissociável da sua distribuição espacial. Na macrocefalia territorial de Porto Velho-Guajará-Mirim, a ausência de postos avançados de gestão gera um espaço opaco. Nesse espaço a norma jurídica não se traduz em prática territorial devido ao distanciamento entre o centro de decisão e a realidade da fronteira.

Este estudo confirma a tese de Bertha Becker sobre a necessidade de uma nova institucionalidade para a Amazônia. Mesmo passado mais de duas décadas ainda há déficit geoinstitucional. Pois, nos resultados expostos evidenciam que a baixa densidade no norte de Rondônia compromete a gestão de recursos compartilhados, como os rios Mamoré e Madeira, desafiando as políticas de integração regional propostas pelos governos federal e estadual.

Conclui-se, que a consolidação do ecoturismo transfronteiriço (Rondônia-Bolívia) depende de uma presença institucional de proximidade e capilarizada, capaz de sustentar a governança territorial em áreas de fronteira. Fato é que já existe Unidades de Conservação e estruturas administrativas, mas, não é o suficiente.

Nos resultados em tela, identificou-se a necessidade de fortalecimento do ecoturismo nessa região o que exige um reordenamento territorial das políticas públicas. Uma a forma de resolver estas situações é priorizar a desconcentração técnica e a implantação de postos avançados de gestão. Com reordenamento territorial nos principais nós de fluxos internacionais as possibilidades de aproveitamento espacial para o ecoturismo, a economia local e a preservação dos recursos naturais, facilitaram a vida da população local.

Recomenda-se, ainda, que futuros estudos aprofundem a análise da articulação binacional com os departamentos bolivianos de Beni e Santa Cruz, bem como investiguem os mecanismos de participação comunitária e as territorialidades locais que resistem à lógica homogeneizadora da globalização, à luz do debate entre acumulação por espoliação e emancipação territorial.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 172 p.
- BOTELLA, P.; GORA, P.; SOSNOWSKA, M.; KARSZNIA, I.; QUEROL, S. C. Modelling mobility and visualizing people's flow patterns in rural areas for future infrastructure development as a good transnational land-governance practice. *arXiv*, 2021. DOI: <https://doi.org/10.48550/arXiv.2103.01777>
- BRASIL. **Lei nº 6.634**, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm. Acesso em: 23 abr. 2026.
- BRASIL. **Decreto nº 85.064**, de 26 de agosto de 1980. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Brasília, DF: Presidência da República, 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85064.htm. Acesso em: 23 abr. 2026.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Brasil e Bolívia assinam acordo de cooperação turística durante**

- agenda bilateral em Brasília.** Brasília, 16 mar. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-bolivia-assinam-acordo-de-cooperacao-turistica-durante-agenda-bilateral-em-brasilia>. Acesso em: 23 abr. 2026.
- BUCKLEY, R. **Ecotourism: principles and practices.** Wallingford: CABI Publishing, 2008. 378 p.
- BUCKLEY, R. C. Sensory and Emotional Components in Tourist Memories of Wildlife Encounters. **Sustainability**, v. 14, n. 8, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/8/4460>. Acesso em: 23 abr. 2026.
- CARAMELLO, N.; ANDRADE, N. L. R.; CARNIATTO, I.; HANAI, F. Y. Desafios para o desenvolvimento do turismo sustentável, gestão da água e educação ambiental: um diálogo entre pesquisadores e comunidades na Amazônia brasileira. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL USOS E PATRIMÔNIOS DA ÁGUA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, 1., 2024, Évora. **Anais...** Comunicação apresentada em evento científico. Évora: Universidade de Évora, 2024.
- CARAMELLO, N.; XIMENES, C. C.; DUARTE, M. L. Espacialização das classes de uso do solo na bacia do Rio Branco – RO. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 90, 2022. DOI: <http://doi.org/10.14393/RCG239061528>.
- CAVALCANTE, F. R. C. **Análise da desigualdade regional no Estado de Rondônia à luz da teoria institucionalista de Douglas North.** 2011. 464 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/2984>. Acesso em: 23 abr. 2026.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Tourism, ecotourism and protected areas.** Gland: IUCN, 1996. 301 p.
- COSTA, H. A.; ROCHA, R. R. N. Turismo e território-rede: aproximações teóricas. **Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 13, 2023.
- COY, M. Desenvolvimento regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “fronteira”. O caso de Rondônia. In: AUBERTIN, C. (org.) **Fronteiras.** Brasília: Editora UnB, 1988. 250p. p. 167-194.
- CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI): interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira – Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR).** 2010. 233 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/24222>. Acesso em: 23 abr. 2026.
- FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **COP30: Funai defende etnoturismo com autonomia e protagonismo das comunidades indígenas.** 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/cop-30-funai-defende-etnoturismo-com-autonomia-e-protagonismo-das-comunidades-indigenas>. Acesso em: 23 abr. 2026.
- GOEBEL, L. G. A. et al. Multi-faceted decline of vertebrate diversity in an endemism zone of the Brazilian Amazon. **Journal for Nature Conservation**, 2025. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1617138125000196>. Acesso em 19 mar. 2026.
- GOEBEL, L. G. A.; BOGONI, J. A.; LONGO, G. R.; PALMEIRIM, A. F.; FERMIANO, E. C.; SILVA, D. J.; IGNÁCIO, Á. R. A.; SANTOS-FILHO, M. Non-volant mammals of Jarú Biological Reserve, Rondônia, Amazon, Brazil. **Biodiversidade Brasileira**, 2024. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1617138125000196>. Acesso em: 19 mar. 2026.
-

- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Ed. 13. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396 p.
- HALL, C. M. Constructing sustainable tourism development. **Journal of Sustainable Tourism**, 2019. DOI: <https://10.4324/9781003140542-12>.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.
- KANSRA, P.; OBEROI, S.; SINGH, N.; CHOI, H.. Role of innovation, policy, social media, and environmental munificence for sustainable ecotourism development in Punjab, India. **Sustainability**, v. 16, n. 21, p. 9359, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/su16219359>.
- LIMA, T. L.; SILVA, J. C.; BARBOSA, X. C. Amefricanidade na fronteira brasil-bolívia: um olhar para o fenômeno nas cidades gêmeas de Guajará-Mirim (BR) e Guayaramerín (BO). **Revista de Geopolítica - ReGEO**, 17(1), e1419, 2026. DOI: <https://doi.org/10.56238/revgeov17n1-157>.
- LIRA, J. R. O. Mobilidade espacial na fronteira e a formação de espaços de vida na Amazônia. **Geografares**, 24/2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/geografares/8334#quotation>. Acesso em: 12 mar. 2026.
- MARQUES, C. N.; CAMELLO, N. D. A.; HANAI, F. Y.; CARNIATTO, I. Turismo em território extrativista: Um estudo na comunidade São Francisco do Rio Iratapuru (AP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 19, n. 1, 2026. DOI: <https://doi.org/10.34024/nyb6ka71>.
- MENDES, E. L.; SANTOS, Z. G. C. O lugar do imigrante boliviano em Guajará-Mirim (RO). **Presença Geográfica**, 2019. DOI: <https://doi.org/10.36026/rpgeo.v6i1.4246>.
- MONTALVÃO, M. L.; BORGES, L. R. M. O ecoturismo no corredor ecológico binacional Guaporé/Itenez-Mamoré em tempo de pandemia. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 18, n. 8, e145, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.8-145>.
- PEREIRA, W. A.; CURY, M. J. F.; LOCATELLI, M. Rondônia: as complexidades territoriais, espaciais e políticas. In: CURY, M. J. F. (Org.). **Territórios e Territorialidades na Amazônia**. Curitiba: CRV, 2017. 210 p.
- PINTO, P. M. Ecoturismo na fronteira Pan-Amazônica: possibilidades de gestão local em áreas protegidas do Brasil, Colômbia e Peru. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, [S. l.], v. 9, n. 6, 2016. DOI: [10.34024/rbecotur.2016.v9.6591](https://doi.org/10.34024/rbecotur.2016.v9.6591).
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazôniaas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 380 p.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 11 ed. 482 p.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: encruzilhada civilizatória**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. 111 p.
- ROGERSON, P. A. **Métodos Estatísticos para Geografia: Um Guia para o Estudante**. Porto Alegre: Bookman, 2012. 970 p.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014. 340 p.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 176 p.
- SMITH, N. **Uneven development: nature, capital and the production of space**. London: Verso, 2020. 346 p. E-book (Kindle). ISBN 978-1-78960-167-1.
- STRONZA, A.; HUNT, C.; FITZGERALD, L. Ecotourism for conservation? **Annual**

Review of Environment and Resources, v. 44, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-101718-033046>.

WEAVER, D. B.; LAWTON, L. J. Twenty years on: The state of contemporary ecotourism research. **Tourism Management**, v. 28, n. 5, p. 1168–1179, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2007.03.004>.

XIMENES, C. C.; PALHARES, J. M.; SOARES, D. Z.; MACHADO, S. M. T.; MONTALVÃO, M. L.; OLIVEIRA, Y. L. Dinâmica da fronteira agrícola em Rondônia: padrões de uso e ocupação do solo no município de Rio Crespo. **Revista de Geopolítica - ReGEO**, v. 16, n. 4, e650, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/revgeov16n4-016>.